

**PROFISSIONAL BÁSICO
(FORMAÇÃO DE CONTABILIDADE)
1ª FASE**

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

- a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

CONHECIMENTOS BÁSICOS				CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
LÍNGUA PORTUGUESA		LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS/ESPAÑHOL)					
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 20	1,0 cada	21 a 30	1,0 cada	31 a 50	1,5 cada	51 a 70	2,0 cada
Total: 20,0 pontos		Total: 10,0 pontos		Total: 70,0 pontos			

b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, com caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** desta Seleção Pública o candidato que:

- a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
- b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido.
- d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados, no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico do **BNDES (www.bndes.gov.br)** e no da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO (http://www.cesgranrio.org.br)**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**31**

As Partes Beneficiárias, nos dizeres da Lei nº 6.404/1976, Lei das Sociedades Anônimas, devidamente atualizada até dezembro de 2011, são títulos negociáveis que podem ser emitidos a qualquer tempo e que conferirão a seus titulares o direito de eventual crédito contra a companhia pela participação nos lucros anuais.

Nesse contexto, é permitida a emissão de Partes Beneficiárias, a qualquer momento, pelas companhias

- (A) fechadas, podendo ser atribuídas somente a fundadores, acionistas ou terceiros, que tenham prestado bons serviços à companhia, a qualquer título.
- (B) fechadas, podendo ser alienadas ou atribuídas a fundadores, acionistas ou terceiros, como remuneração por serviços prestados à companhia.
- (C) abertas, podendo ser atribuídas somente a fundadores, acionistas ou terceiros, que tenham prestado bons serviços à companhia, a qualquer título.
- (D) abertas, podendo ser alienadas ou atribuídas a fundadores, acionistas ou terceiros, como remuneração por serviços prestados à companhia.
- (E) abertas e fechadas, desde que destinadas, exclusivamente, para alienação a acionistas ou terceiros interessados, independentemente de serviços prestados à companhia.

32

É permitido às sociedades anônimas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, emitir títulos negociáveis denominados "Bônus de Subscrição" que conferirão a seus titulares, de acordo com as condições prescritas no respectivo certificado de emissão, o direito de subscrever ações de capital social, direito esse que poderá ser exercido mediante a apresentação desse título à companhia.

Nesse contexto, a Companhia J, apresentou, em reais, as seguintes informações, antes da emissão de Bônus de Subscrição, devidamente aprovada pela Assembleia Geral:

Capital a realizar	4.000.000,00
Capital autorizado	12.000.000,00
Capital próprio	10.500.000,00
Capital subscrito	10.000.000,00

Considerando exclusivamente as informações recebidas e as determinações da legislação societária e das normas contábeis em vigor, a Companhia J poderá emitir Bônus de Subscrição em quantidade correspondente ao valor, em reais, de

- (A) 500.000,00
- (B) 1.500.000,00
- (C) 2.000.000,00
- (D) 5.500.000,00
- (E) 6.000.000,00

33

Os bancos comerciais são instituições financeiras que realizam operações ativas e passivas nos termos das normas vigentes.

Dentre as operações passivas, realizadas pelos bancos comerciais, tem-se a de

- (A) depósitos à vista
- (B) depósitos interfinanceiros
- (C) repasses e refinanciamentos
- (D) empréstimos para capital de giro
- (E) aquisição de créditos com coobrigação do cedente

34

O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) estabelece que a revisão das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico, cujo montante seja superior a 5% de patrimônio líquido ajustado, deverá ser feita uma vez a cada

- (A) quinzena
- (B) mês
- (C) três meses
- (D) seis meses
- (E) doze meses

35

O Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) dispõe sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Nos termos desse pronunciamento, as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas.

A Estrutura Conceitual, ao estabelecer os conceitos para a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis destinadas a usuários externos, tem dentre as suas finalidades a de

- (A) auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações.
- (B) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas.
- (C) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais.
- (D) determinar políticas tributárias.
- (E) elaborar e usar estatísticas da renda nacional.

36

Nos termos do CPC 23 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, a entidade deve selecionar suas políticas contábeis e aplicá-las de modo uniforme em transações semelhantes. Entretanto, o próprio CPC oferece à entidade a probabilidade de fazer mudança nas práticas contábeis.

Nesse aspecto da mudança de práticas contábeis, o CPC informa que a entidade deve alterar uma política contábil apenas se a mudança

- (A) atender às necessidades gerenciais de ordem interna.
- (B) contribuir de forma mais relevante para a evidenciação e segurança dos ativos.
- (C) for imposta pela Assembleia Geral dos Acionistas, controladores e não controladores.
- (D) resultar em informação confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis sobre os efeitos de transações, posição patrimonial e financeira, desempenho ou dos fluxos de caixa.
- (E) ocorrer por livre decisão dos órgãos administrativos para gerar informações gerenciais mais confiáveis e relevantes para a tomada de decisão.

37

O CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, define provisão como um passivo de prazo ou de valor incertos. O mesmo CPC 25 apresenta, também, as condições (situações) em que uma provisão deve ser reconhecida.

Nesse contexto, considere as afirmativas abaixo.

- I - Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.
- II - Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tenha como provável ser necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- III - Uma provisão deve ser reconhecida quando possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) III, apenas
- (C) I e II, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III

38

Custo é o gasto relativo a um bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços, seja ele desembolsado ou não. A classificação dos custos vai depender do enfoque que a ela for atribuído, podendo ser determinada quanto a natureza, função, contabilização, produto e formação ou produção.

Nesse contexto, verifica-se que a classificação dos custos em diretos e indiretos é feita quanto a:

- (A) função
- (B) natureza
- (C) formação
- (D) contabilização
- (E) produto

39

O ponto de equilíbrio contábil, também chamado de ponto de ruptura ou *Break-even Point*, ocorre quando a

- (A) margem de contribuição total igualar as despesas fixas totais.
- (B) margem de contribuição total igualar os custos fixos totais.
- (C) receita total igualar custos e despesas totais.
- (D) receita total superar os custos fixos totais gerando o lucro desejado pelos proprietários.
- (E) receita líquida total igualar os custos totais deduzidos dos não desembolsados.

40

A Lei de Orçamentos Anuais, para viabilizar as situações planejadas no Plano Plurianual e torná-las realidade, em obediência à Lei das Diretrizes Orçamentárias, elabora o Orçamento Anual, programando as ações a serem realizadas para alcançar os objetivos estabelecidos.

Para que o orçamento possa refletir o programa de governo, principalmente no que se refere à disponibilidade de recursos financeiros, é indispensável que obedeça aos princípios orçamentários.

A condição de que a lei de meios não poderá conter dispositivo alheio à previsão das receitas e fixação das despesas, exceto a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita orçamentária, expressa os fundamentos técnicos do Princípio Orçamentário da(o)

- (A) Anualidade
- (B) Universalidade
- (C) Exclusividade
- (D) Unidade
- (E) Equilíbrio

41

Nos termos da legislação tributária em vigor, as pessoas jurídicas, tributadas com base no lucro real, determinarão a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), tomando o lucro contábil antes do imposto de renda e da CSLL, ajustada pela

- (A) adição do valor de ajustes decorrentes de métodos de preços de transferência.
- (B) adição dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo da aquisição que tenham sido computados no resultado.
- (C) adição do valor das provisões técnicas das operadoras dos planos de saúde, cuja constituição é exigida por legislação especial a elas aplicável.
- (D) exclusão do valor da reserva de reavaliação, baixada no período base, cuja contrapartida tenha sido computada no resultado do período.
- (E) exclusão do resultado negativo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido.

42

As pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real podem optar pela apuração do lucro real anual com antecipação mensal do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) calculado, mensalmente, em bases estimadas, ou pela apuração do lucro real trimestral.

Optando pela tributação do IR e CSLL, com base no lucro trimestral, uma **DESVANTAGEM** dessa opção decorre da compensação do prejuízo fiscal de um trimestre, ainda que dentro do mesmo ano calendário, que só poderá ser feita no(s)

- (A) trimestre imediatamente anterior até o limite de 30% do imposto
- (B) trimestre imediatamente seguinte até o limite de 30% do imposto
- (C) trimestres anteriores até o limite de 30% do lucro real do trimestre
- (D) trimestres seguintes até o limite de 30% do lucro real do trimestre
- (E) trimestres seguintes até o limite de 30% do prejuízo fiscal apurado

43

No campo da contabilidade ambiental, os benefícios do ativo ambiental ocorrem quando há:

- aumento da capacidade ou aumento de segurança ou eficiência de outros ativos próprios da empresa.
- redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações.
- conservação do meio ambiente.

Nesse contexto ambiental, os gastos de tratamento de contaminação ambiental podem ser classificados como ativo permanente, quando, dentre outros aspectos, são

- (A) considerados irrecuperáveis.
- (B) determinantes na redução da capacidade produtiva dos bens.
- (C) incorridos durante o preparo do ativo para venda.
- (D) redutores da vida útil dos bens.
- (E) utilizados para recuperação e tratamento de áreas contaminadas.

44

Uma companhia, na elaboração das suas demonstrações contábeis financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, face às dúvidas existentes de classificação e apuração de algumas receitas, teve a participação da auditoria externa na apuração de tais valores, na classificação das contas e na elaboração de parte das demonstrações contábeis.

Nesse contexto, a responsabilidade pela elaboração de tais demonstrações contábeis é do(a)

- (A) Auditor Externo
- (B) Auditor Externo e do Contador
- (C) Administrador e do Auditor Externo
- (D) Empresa e do Auditor Externo
- (E) Empresa

45

A respeito da análise econômico-financeira, considere as afirmativas abaixo.

- I - A elevação dos preços das ações de uma determinada empresa, após o anúncio da descoberta de novas reservas de petróleo por parte da mesma, indica a formação de uma bolha no mercado de ações.
- II - Um determinado ativo quando fornece um fluxo de R\$ 10.000,00 em termos reais ao ano, utilizando uma taxa de desconto de 5% ao ano, valeria hoje R\$ 210.000,00.
- III - Um projeto, cujo Valor Presente Líquido calculado com uma taxa de desconto de 15% é positivo, somente deve ser realizado se o custo de oportunidade do capital for inferior a 15%.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) II, apenas
- (C) III, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III

46

Uma empresa disponibiliza, em reais, as seguintes informações:

Receita líquida de vendas	12.000,00
Custo dos produtos vendidos	6.200,00
Despesas operacionais	2.850,00
Despesas com vendas	2.000,00
Despesas administrativas e gerais	550,00
Despesas financeiras	300,00
Despesas não operacionais	500,00
Impostos e Taxas	500,00
Despesas com juros	300,00
Despesas Depreciação/Amortização inclusas no custo dos produtos vendidos e nas Despesas operacionais	200,00
Lucro Líquido	5.300,00
Capital	50.000,00

Com base nas informações apresentadas acima, verifica-se que a(o)

- (A) EBTIDA da empresa é igual a R\$ 4.950,00.
- (B) EBTIDA é R\$ 500,00 maior do que o lucro operacional.
- (C) taxa de retorno da empresa é 5,3%.
- (D) lucro bruto da empresa é igual a R\$ 5.300,00.
- (E) lucro operacional é igual a R\$ 3.450,00.

47

Analisando as demonstrações contábeis de uma companhia comercial, elaboradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, foram apurados os seguintes prazos (índices) de atividade:

- Prazo Médio de Pagamento das Compras (PMPC) = 26 dias
- Prazo Médio de Recebimento das Vendas (PMRV) = 30 dias
- Prazo Médio de Renovação do Estoque (PMRE) = 20 dias

Considerando-se exclusivamente as informações recebidas, a boa técnica de análise das demonstrações contábeis e a correspondente interpretação dos índices apurados, o prazo médio que essa companhia leva para vender suas mercadorias estocadas, em dias, é

- (A) 20
- (B) 24
- (C) 26
- (D) 30
- (E) 50

48

Um investidor resolveu fazer uma aposta: tomou um empréstimo de R\$ 1 milhão, por um ano, ao custo de 10% ao ano. No mesmo dia, ele aplicou esse mesmo R\$ 1 milhão, pelo mesmo prazo, em um título cambial que rende a variação do euro mais 4% ao ano.

Qual é a variação do euro no período que empata a aposta, ou seja, que faz com que o investidor não ganhe nem perca ao final dessa operação?

- (A) 5,03%
- (B) 5,31%
- (C) 5,77%
- (D) 6,12%
- (E) 6,54%

49

Um cliente solicitará um empréstimo bancário e, para tirar suas dúvidas, antes de ir ao banco, contratou um consultor particular. Ele informou ao consultor que gostaria de que o empréstimo fosse nas seguintes condições: na prestação calculada, já estivesse incluída parte da amortização da dívida e que, no final da operação, tivesse pagado a menor quantidade de juros possível. Ele não tem restrições quanto ao valor das prestações.

Baseando-se nas informações do seu cliente, qual sistema de amortização o consultor deve indicar?

- (A) Americano
- (B) Alemão
- (C) Francês (PRICE)
- (D) SAC (Amortização Constante)
- (E) SAM (Amortização Misto)

50

No ambiente corporativo, o planejamento estratégico é tido como a determinação de metas básicas de longo prazo, quantitativas, qualitativas e integradas, bem como das decisões que os gestores precisam tomar para que tais metas sejam alcançadas.

Nesse contexto, o planejamento estratégico cumpre três etapas distintas de determinação: onde estamos, para onde queremos ir e como iremos.

Dentre outros, integra a etapa "para onde queremos ir", a(o)

- (A) análise ambiental
- (B) missão
- (C) estratégia operacional
- (D) diagnóstico
- (E) controle

51

Debêntures são títulos que conferem a seus titulares direito de crédito contra a companhia emitente, nas condições da escritura de emissão ou no respectivo certificado, se houver.

Nesse contexto, de acordo com o disposto na escritura de emissão de tais títulos de crédito, considere as afirmativas abaixo.

- I - A debênture poderá ter garantia real.
- II - A debênture poderá ter garantia flutuante.
- III - A debênture que não gozar de garantia poderá conter cláusula de subordinação aos credores quirografários.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas (B) II, apenas (C) I e II, apenas (D) II e III, apenas (E) I, II e III

52

O Comitê de Política Monetária (Copom) realiza, mensalmente, duas sessões distintas: na terça-feira, a primeira, e, na quarta-feira, a segunda, com o objetivo formal de

- (A) estabelecer as metas de inflação.
- (B) implementar a política monetária.
- (C) efetuar o controle dos capitais estrangeiros.
- (D) disciplinar a emissão e a distribuição de valores monetários.
- (E) determinar a metodologia aplicada nas avaliações atuariais.

53

O Banco Central do Brasil, no Comunicado nº 20.615, de 17 de fevereiro de 2011, que divulga as orientações relativas à implementação, no Brasil, das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, conhecidas como Basileia III, estabelece que o Capital Principal, em princípio, nos termos de Basileia III, será composto, fundamentalmente, pelo capital social, constituído por cotas ou por ações ordinárias e ações preferenciais não resgatáveis e sem mecanismos de cumulatividade de dividendos, e por lucros retidos, deduzidos os valores referentes aos ajustes regulamentares.

O anexo ao Comunicado nº 20.615, de 17 de fevereiro de 2011 (dos parâmetros mínimos para o capital regulamentar conforme Basileia III), estabelece que o parâmetro do Capital Principal, em 1º de janeiro de 2013, será

- (A) 4,5%
- (B) 6,0%
- (C) 8,0%
- (D) 10,5%
- (E) 11,0%

54

Na Resolução CFC nº 1.292/2010, que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) trata dos procedimentos que a entidade deve adotar com relação ao registro contábil de ajustes para perdas por desvalorização de Ativos.

Nos termos da aludida NBC TG 01, um Ativo está desvalorizado quando o seu valor

- (A) residual excede o valor de mercado.
- (B) recuperável for maior que seu valor original ajustado a valor presente.
- (C) justo líquido de despesa de venda for maior que o valor contábil.
- (D) original menos o valor residual for igual à depreciação acumulada.
- (E) contábil excede o seu valor recuperável.

55

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011, que trata de custos de empréstimos, um ativo qualificável é aquele que

- (A) é utilizado de imediato, mas somente como ativo de renda.
- (B) é financiado integralmente por capitais de terceiros de longo prazo.
- (C) demora um período substancial para ficar pronto para uso ou venda.
- (D) fica pronto em curto prazo, sendo financiado por capital de terceiros de longo prazo.
- (E) tem prazo curto para ficar pronto, desde que financiado a curto prazo.

56

A contabilidade para as pequenas e médias empresas, contemplada pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255, de 10 de dezembro de 2009, estabelece que o objetivo das demonstrações contábeis das pequenas empresas é oferecer informação sobre a posição

- (A) patrimonial, econômica, os fluxos de caixa e o valor agregado da entidade
- (B) patrimonial, econômica e do valor social da entidade
- (C) financeira, patrimonial e dos fluxos de caixa da entidade
- (D) financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade
- (E) financeira, patrimonial e econômica da entidade

57

Uma indústria, num determinado período produtivo, produziu 100.000 unidades de um de seus produtos, fazendo as seguintes anotações por unidade produzida, exclusivamente, desse produto:

Matéria-prima	Mão de obra direta	Embalagens	Custos fixos
R\$ 40,00	R\$ 20,00	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Numa pesquisa no mercado consumidor do aludido produto, essa indústria comprovou que, se vender esse produto a R\$ 80,00 a unidade, poderá elevar a produção atual dele em 40% tendo, entretanto, um aumento nos custos fixos de 20%. Nas condições informadas, se a indústria atender à demanda do mercado consumidor e adotar o método do custeio por absorção, o custo unitário de produção do tal produto, em reais, será

- (A) 65,00
- (B) 67,00
- (C) 70,00
- (D) 71,00
- (E) 72,00

58

O custo de oportunidade representa a remuneração sacrificada pela decisão de fazer um investimento em vez de outro. Nesse contexto, uma indústria que pretende lançar um novo produto fez as seguintes estimativas de custos e investimentos necessários para a sua produção e venda:

Compra e instalação de um novo equipamento	R\$ 50.000.000,00
Receita de venda	R\$ 4.500.000,00
Matéria-prima consumida	R\$ 1.800.000,00
Mão de obra utilizada	R\$ 1.000.000,00
Custos fixos	R\$ 350.000,00
Depreciação do equipamento	R\$ 50.000,00
Taxa do custo de oportunidade real para o período	2%

Considerando exclusivamente as informações recebidas e que a indústria adote o custeio por absorção, o resultado final total estimado para a venda desse produto, para a competente tomada de decisão cabível, nesse caso, em reais, é

- (A) 210.000,00
- (B) 300.000,00
- (C) 700.000,00
- (D) 1.274.000,00
- (E) 1.300.000,00

59

A receita da administração pública é classificada nos enfoques orçamentário e patrimonial. As receitas orçamentárias, por sua vez, são classificadas em Receitas Correntes e Receitas de Capital.

No contexto das Receitas Correntes, o recebimento de Juros de Mora é classificado como uma receita corrente

- (A) Tributária
- (B) Patrimonial
- (C) De Contribuições
- (D) Transferências Correntes
- (E) Outras Receitas Correntes

60

O Empenho é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesse contexto, o ato emanado da autoridade competente para atender às despesas contratuais de aluguéis é enquadrado na modalidade de empenho

- (A) fixo
- (B) estimativo
- (C) integral
- (D) ordinário
- (E) global

61

O Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000/1999, (RIR/99), no Livro II Tributação das Pessoas Jurídicas, estabelece como as pessoas jurídicas e as empresas individuais terão seus lucros apurados e determina, também, que as empresas individuais, para os efeitos do imposto de renda, são equiparadas às pessoas jurídicas.

Nesse contexto de equiparação das empresas individuais às pessoas jurídicas, é equiparado a uma pessoa jurídica, para efeitos de imposto de renda, dentre outros, o

- (A) contador que exerce a profissão em seu nome pessoal.
- (B) carreteiro que faz transporte de produtos dirigindo o seu próprio caminhão.
- (C) pedreiro que trabalha pessoalmente em contrato de empreitada de construção de alvenaria.
- (D) feirante que explora a atividade em nome individual na compra e venda de produto agrícola.
- (E) indivíduo pessoa física que comprar e vender várias casas e terrenos no mesmo ano calendário.

62

Uma sociedade anônima, tributada pelo lucro real, apresentou, em reais, as seguintes informações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011:

Custo das vendas	173.000,00
Despesas operacionais	110.000,00
ICMS sobre vendas	117.000,00
Perda de equivalência patrimonial	20.000,00
Vendas	650.000,00

Considerando-se exclusivamente as informações recebidas e as determinações fiscais vigentes para a apuração do imposto de renda, com base no lucro real, o valor do imposto devido, no exercício social de 2011, em reais, é

- (A) 31.500,00
- (B) 34.500,00
- (C) 37.500,00
- (D) 38.500,00
- (E) 43.500,00

63

Um desfalque temporário em que o empregado recebeu o dinheiro do cliente, referente a uma Duplicata a Receber por venda anterior a prazo, mas não o entregou no caixa nem registrou a operação, pode ser detectado pela

- (A) Circularização (confirmação) do saldo
- (B) Conciliação da conta de caixa e contagem de dinheiro
- (C) Conferência física das Duplicatas a Receber, em carteira
- (D) Reconciliação dos saldos bancários e de Duplicatas a Receber
- (E) Confrontação da Receita de Vendas com a carteira de Duplicatas a Receber

64

Na auditoria da tesouraria de uma Sociedade Anônima de grande porte, atuando no ramo comercial, foi lavrado o seguinte termo de contagem de caixa:

Contagem de Caixa, em (dia/mês/ano e hora).

Na presença dos responsáveis pela tesouraria, Senhor X, e pelos caixas, Senhora W, e dos auditores Fulano e Sicrano, procedeu-se à contagem do caixa, fazendo as seguintes anotações:

1. Contagem do dinheiro (notas e moedas)		101.155,00	
2. <u>Cheques</u>			
Empregados	10.000,00		
Administradores	40.000,00		
Pré-datados (diversos vencimentos conforme relação própria)	<u>150.000,00</u>	200.000,00	
3. <u>Documentos</u>			
Adiantamento para viagens	100.000,00		
Adiantamento para despesas	<u>50.000,00</u>	<u>150.000,00</u>	
Total em caixa			<u>451.155,00</u>

(Quatrocentos e cinquenta e um mil, cento e cinquenta e cinco reais)

Feita a contagem, foi o presente termo elaborado por mim (responsável pelo caixa) e assinado por todos os presentes nessa contagem de caixa.

Data (dia da contagem)

Assinaturas (começando por quem lavrou o termo)

No relatório comentário, é pertinente ao auditor responsável pela auditoria fazer a seguinte recomendação:

- (A) depositar todos os cheques.
- (B) depositar os valores mantidos no caixa, passando a adotar o sistema de caixa pequena.
- (C) lançar os adiantamentos para viagens na Conta Despesa de viagens.
- (D) lançar os adiantamentos para despesas diretamente nas respectivas contas de despesas.
- (E) lançar os cheques Empregados e Administradores como Empréstimo individualizado por beneficiário.

65

Na análise do Balanço Patrimonial de uma companhia de capital aberto de grande porte, o analista apurou o Índice de Liquidez Corrente (ILC). Na revisão dos cálculos do ILC apurado, o analista comprovou a existência de Duplicatas Descontadas, no Ativo Circulante, e que o Índice de Liquidez Corrente foi apurado antes de fazer a padronização do balanço e da correspondente reclassificação da conta Duplicatas Descontadas.

Reclassificada a conta Duplicatas Descontadas, o novo Índice de Liquidez Corrente, apurado depois dessa reclassificação do Balanço e confrontado com o índice apurado antes dessa mesma reclassificação, ficará

- (A) igual, se o índice apurado antes da padronização for maior que 2.
- (B) maior, se o índice apurado antes da padronização for inferior a 1.
- (C) maior, se o índice apurado antes da padronização for maior que 1.
- (D) menor, qualquer que tenha sido o índice apurado antes da padronização.
- (E) menor, se o índice apurado antes da padronização for igual a 1.

66

Analisando o Balanço Patrimonial de uma companhia, o analista financeiro fez as seguintes anotações:

- | | |
|---|-----|
| • Retorno sobre o ativo | 40% |
| • Retorno sobre o capital próprio | 52% |
| • Retorno sobre o capital de terceiros gerador dos encargos | 22% |

Considerando-se exclusivamente as anotações do analista e a boa técnica de análise das demonstrações contábeis, o Grau de Alavancagem Financeira (GAF) da companhia analisada é

- (A) 1,085
(B) 1,120
(C) 1,300
(D) 1,400
(E) 1,520

67

Quatro variáveis são utilizadas em um modelo de previsão da quantidade produzida de uma determinada *commodity* agrícola. São elas:

- temperatura, em graus Celsius
- quantidade de fertilizante, em toneladas
- variação dos preços praticados no mercado internacional, em %
- quantidade produzida de um produto similar, em toneladas

Para determinar qual dessas variáveis apresenta a maior variabilidade, deve-se utilizar

- (A) apenas a média de cada uma das variáveis
(B) apenas a variância de cada uma das variáveis
(C) apenas o desvio padrão de cada uma das variáveis
(D) a relação $\frac{\text{desvio padrão}}{\text{média}}$ de cada uma das variáveis
(E) a relação $\frac{\text{variância}}{\text{média}}$ de cada uma das variáveis

68

Em uma empresa, 50% dos empregados têm conta no *Facebook* e no *Twitter*. Desses, 60% não têm conta no *Orkut*. Qual é o percentual dos empregados que têm conta no *Facebook*, no *Twitter* e no *Orkut*?

- (A) 10% (B) 20% (C) 30% (D) 40% (E) 50%

69

As decisões empresariais relacionam-se com a escolha de uma alternativa de ação dentre aquelas que forem selecionadas como viáveis, em decorrência da disponibilidade de seus recursos operacionais, humanos e financeiros. Em decorrência, os gestores empresariais têm que adotar, em termos gerais, um dos seguintes tipos de decisão: estratégica, administrativa ou operacional.

Nesse contexto, caracteriza-se como uma decisão estratégica, direcionada para a solução de diversos problemas, a de

- (A) eleger as respectivas metas a serem alcançadas em cada projeto.
(B) escolher o composto de produtos e mercado para sua colocação.
(C) estabelecer as políticas de produção e preços a serem praticados.
(D) estruturar os recursos da empresa e suas respectivas alocações.
(E) selecionar e treinar os recursos humanos para cada tipo de projeto.

70

Em um contexto administrativo para a tomada de decisão sobre um investimento, a taxa de atratividade representa a(o)

- (A) capacidade mostrada pelo investimento para poder sair dele e assumir outro investimento.
(B) remuneração conseguida numa alternativa de investimento diferente da que foi realizada.
(C) variação dos fluxos de caixa adicionais após a aceitação de um projeto ou de um investimento.
(D) mínimo que o investidor quer ganhar ou o máximo que o tomador se propõe a pagar.
(E) ganho correspondente ao grau de incerteza que envolve o tipo de investimento escolhido.

RASCUNHO